

BOLETIM 223

Brasília, 6 de outubro de 2016

Senado vai debater reformas previdenciária e trabalhista

Por sugestão do senador Paulo Paim (PT-RS), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal promoverá debates sobre as reformas trabalhista e previdenciária. Requerimentos nesse sentido foram aprovados nesta quarta-feira (5).

— Estão sendo anunciadas pelo governo federal alterações na nossa Previdência, desde as regras de aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, até a mudança no Ministério da Previdência, que foi para o Ministério da Fazenda. É o momento adequado para chamar o governo e chamar as entidades, para debatermos esse tema, numa data a ser ajustada — defendeu Paim.

O parlamentar disse que estão em tramitação 65 projetos que alteram a Consolidação das Leis do trabalho (CLT) e outras normas que tratam do direito dos trabalhadores.

— Temos muita preocupação com o chamado trabalho-hora, onde o trabalhador receberia pelas horas trabalhadas, com o negociado sobre o legislado e a terceirização. São apenas três projetos que eu destaco, mas o objetivo é debater a reforma trabalhista — disse.

Também por sugestão de Paulo Paim, a CDH promoverá audiências sobre os direitos fundamentais (direitos sociais, de associação,



Através da CDH, o Senado vai debater as reformas

políticos, etc.) previstos na Constituição federal, que completa 28 anos de promulgação,

— Alguns dos direitos fundamentais estão em xeque e, por isso, é necessário que façamos esse debate — justificou o parlamentar gaúcho.

Fonte: Agência Senado

PEC 314/04 sobre reforma sindical tem parecer na CCJ da Câmara

A deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), relatora da PEC 314/04, apresentou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara parecer favorável à proposta. A PEC em questão, é de autoria do deputado Ivan Valente (PSol-SP), e versa sobre a organização sindical.

O texto altera a forma de constituição e validação das entidades sindicais, vedando a interferência do Poder Público na estruturação, administração e organização sindical da entidade.



E, ainda, garante o direito de greve aos servidores públicos e a liberdade sindical.

Tramitação - A proposta está em discussão na CCJ e, caso seja aprovada, será constituída comissão especial para análise de mérito.

Fonte: Diap

PEC 29/03 que institui a liberdade sindical já tem parecer na CCJ

A deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), relatora da proposta, apresentou, nesta terça-feira (4), parecer pela admissibilidade da PEC 29/03, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. A PEC, do então deputado Maurício Rands (PE), altera o artigo 8º da Constituição, para instituir a liberdade sindical.

Os principais pontos desta proposta são: 1) reconhecimento das centrais sindicais, 2) substituição processual sem limitações, abrangendo sindicatos, federações, confederações ou centrais sindicais, 3) obrigatoriedade de desconto e repasse aos sindicatos das contribuições voluntárias dos empregados, 4) vedação da conduta anti-sindical, com previsão de tutela antecipada específica para reintegração no emprego ou anulação de qualquer ato de retaliação contra o trabalhador em virtude de sua participação na vida sindical, 5) eliminação da unicidade sindical, com a solução dos conflitos pela legitimidade para negociar sendo resolvido pelas centrais sindicais ou pela mediação e arbitragem, e 6) estabelecimento da eliminação gradual da

contribuição sindical, na proporção de 20% ao ano a partir da promulgação da emenda.

Tramitação - A matéria será examinada pela CCJ e, caso seja aprovada, será, em seguida, criada comissão especial para apreciação do mérito da proposição.

Fonte: Diap

Ministério tem força-tarefa para emissão de carteiras de trabalho

Devido a uma falha no serviço de agendamento para emissão de carteiras de trabalho, os postos de atendimento do Ministério do Trabalho em todo o país iniciaram nesta quarta-feira (5) um mutirão de atendimento para a concessão do documento. Os trabalhadores que necessitarem da carteira vão poder dar entrada no pedido sem necessidade de agendamento durante todo o mês de outubro.

Segundo o Ministério do Trabalho, as carteiras de trabalho serão emitidas normalmente e, caso haja alguma falha no sistema, a emissão será feita de forma manual. Os trabalhadores que já estiverem com os horários agendados devem comparecer na data prevista. Os agendados terão prioridade no atendimento. Porém, os demais também terão o documento emitido.

A suspensão do agendamento foi uma determinação do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para atender a demanda emergencial. “Tendo em vista as falhas no sistema digital, a partir do dia 5 de outubro, nenhum trabalhador ficará sem atendimento”, disse.

O sistema de emissão de carteira digital do trabalho foi lançado em 2008 e passou por uma atualização em 2015, quando foi implantado o agendamento eletrônico. Desde então, o sistema apresenta problemas constantes.

Fonte: Agência Brasil

Votação da MP do auxílio-doença e aposentadoria marcada para terça

Ficou para a próxima terça-feira (11) a análise do parecer sobre a MP 739/2016, que determinou a revisão dos auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. Nesta quarta-feira (5), o presidente da comissão mista, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), concedeu vista coletiva da matéria.

A MP, editada pelo governo federal no início de julho, permite que o aposentado por invalidez ou auxílio-doença seja convocado a qualquer momento para a realização de perícia médica. Estabelece ainda que o auxílio-doença seja concedido com a previsão de seu termo final. Do contrário, terá duração de 120 dias, devendo sua prorrogação ser requerida pelo segurado.

A medida institui ainda o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, no valor de R\$ 60, por perícia realizada em benefícios não periciados pelo INSS há mais de dois anos.

Fonte: Agência Senado



Ives Gandra diz que Justiça do Trabalho quer ajudar o país a sair da crise

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Martins Filho (**foto**), disse nesta quarta-feira (5) que a Justiça do Trabalho quer contribuir para que o país saia da crise.

“Nós, como Justiça do Trabalho, queremos hoje contribuir, ser protagonistas no ajudar o Brasil a sair da crise econômica pela qual passa, queremos ser colaboradores com o ajuste fiscal que hoje se está discutindo e fazer com que o Brasil volte o mais rápido possível a crescer”, disse o ministro durante a abertura da segunda edição da Conferência Nacional de Mediação e Conciliação.

Ao citar medidas para reduzir custos e prazos, Gandra disse que pediu ao presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), a retirada de pauta de 32 projetos de interesse da Justiça trabalhista. Além disso, anunciou hoje a assinatura de uma resolução do Conselho Superior



da Justiça do Trabalho (CSJT) que institui um plano de estímulo à conciliação.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, que participou do evento como palestrante, destacou o grande número de processos que tramitam na Justiça. “No Brasil, estão em tramitação neste momento 100 milhões de processos. Quando a gente fala isso para a plateia estrangeira eles sempre acham que há um erro de tradução. Isso significa quase que uma guerra civil, considerando que os processos têm duas partes.” Segundo ele, o número revela “a falta de mecanismos de solução de conflitos” no Judiciário brasileiro.

Até esta quinta-feira (6), a Conferência Nacional de Mediação e Conciliação reúne magistrados, mediadores, conciliadores e tribunais. O evento é promovido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fonte: Portal EBC

Comissão aprova MP que facilita privatizações no setor elétrico

A comissão especial que analisou a Medida Provisória 735/16, que facilita concessões e privatizações no setor elétrico, aprovou nesta quarta-feira (5) o relatório do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), contra os votos dos deputados Weliton Prado, Carlos Zarattini e Pedro Uczai.

A MP muda a Lei 12.783/13 e autoriza a União a transferir uma empresa de energia elétrica sob seu controle direto ou indireto (que pode ser geradora, transmissora ou distribuidora de

energia) ao consórcio privado vencedor da licitação pelo prazo de 30 anos.

O assunto passa agora à análise do Plenário da Câmara dos Deputados e em seguida do Senado, onde deve ser votado até 20 de outubro para não perder a validade.

Fonte: Agência Câmara

PEC da reforma política está pronta para ser votada em primeiro turno

Passou pela quinta sessão de discussão, nesta quarta-feira (5), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/2016 que reforça a exigência de fidelidade partidária de políticos eleitos e extingue as coligações nas eleições proporcionais, além de estabelecer uma cláusula de barreira para os partidos políticos.

Por acordo de líderes, a matéria está sendo discutida de forma conjunta com a PEC 113A/2015, que também trata de questões relacionadas ao sistema político-eleitoral. Agora as duas matérias aguardam inclusão na ordem do dia para votação em primeiro turno. Segundo informou o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), as propostas serão analisadas no dia 9 de novembro, após o segundo turno das eleições municipais.

A PEC 36/2016 é de iniciativa dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que sustentam ser necessária uma revisão das regras eleitorais. Segundo eles, mudar esses pontos pode corrigir muitas distorções do atual sistema. Já a PEC 113A/2015 é de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

TST abre Conferência Nacional de Conciliação e Mediação destacando a importância das soluções autocompositivas

O Tribunal Superior do Trabalho sedia, nesta quarta e quinta-feira (5 e 6), a II Conferência Nacional de Conciliação e Mediação, promovida em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na abertura do encontro, o presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Ives Gandra Martins Filho, reiterou que a Justiça do Trabalho pretende ser protagonista no processo de recuperação econômica do Brasil, e as soluções autocompositivas são uma das contribuições nesse sentido. "A Justiça do Trabalho sempre foi vanguardista na conciliação, e podemos, como instituição, colaborar fundamentalmente para que as relações trabalhistas sejam cada dia mais harmoniosas", afirmou. "Quando pacificamos conflitos sociais, estamos gerando a possibilidade de novos empregos, estimulando investimentos, colaborando para um Brasil maior".

Ives Gandra Filho lembrou que, no dia em que se comemoram os 28 anos da Constituição da República, a Justiça do Trabalho quer contribuir para ajudar o Brasil a sair da crise econômica e colaborar com o ajuste fiscal. Além de seu papel de pacificação social por meio de sua atuação jurisdicional, o ministro destacou ainda a retirada, dia 4, de 32 projetos de lei na Câmara dos



Deputados que tratam da criação de cargos de juízes e servidores e de Varas do Trabalho.

Conferência - A II Conferência Nacional de Mediação e Conciliação reúne magistrados, mediadores, conciliadores, tribunais, câmaras de mediação e conciliação e jurisdicionados. Além do presidente e vice-presidente do TST e do conselheiro do CNJ, a abertura contou com a presença dos ministros Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, e Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça, do procurador-geral do trabalho, Ronaldo Curado Fleury, e do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cláudio Lamachia.

Fonte: TST

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luís Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)